

N° 140

Imagem: divulgação

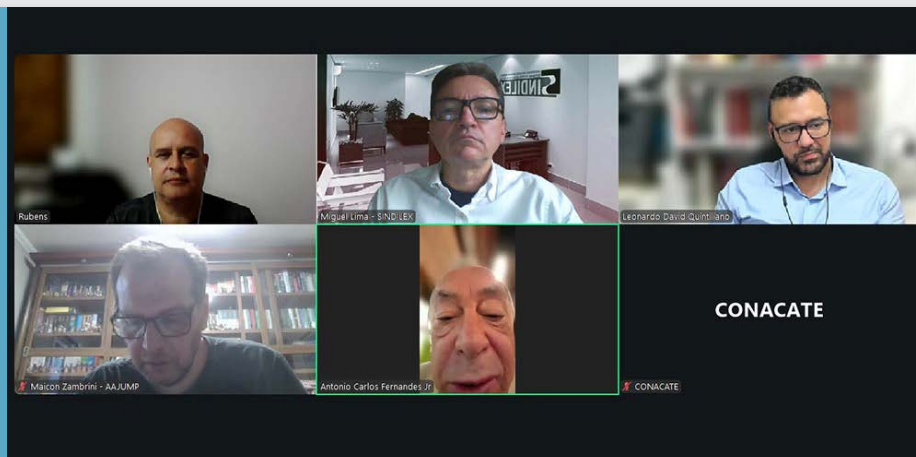
Tribunal analisa Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027

AGENDA DE ATIVIDADES

SEGUNDA**31 DE AGOSTO**

Reunião Comissão da Conacate

O presidente Miguel Lima e o diretor de Relações Intersindicais e presidente da CONACATE, Antônio Carlos Fernandes, participaram da reunião da Comissão da Reforma Administrativa, promovida pela CONACATE.

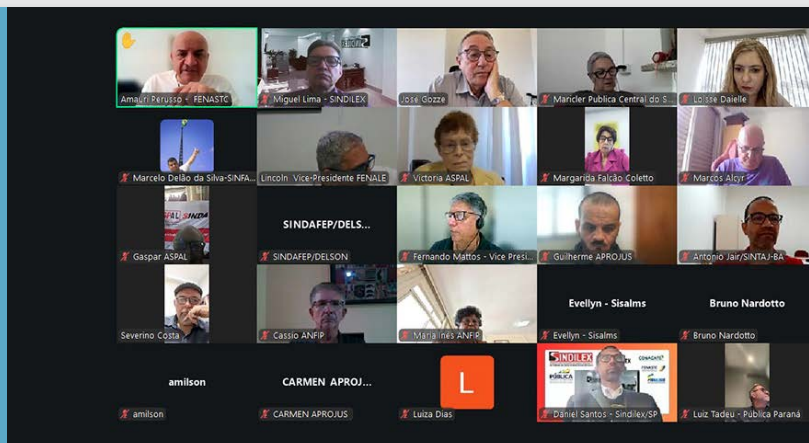
**QUARTA****2 DE SETEMBRO**

Plantão no TCM

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos e o secretário-geral Marcos Alcyr estiveram no TCM, onde trataram com autoridades e servidores de alguns temas da pauta de reivindicações da Data-Base. Na ocasião, o vice-presidente também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

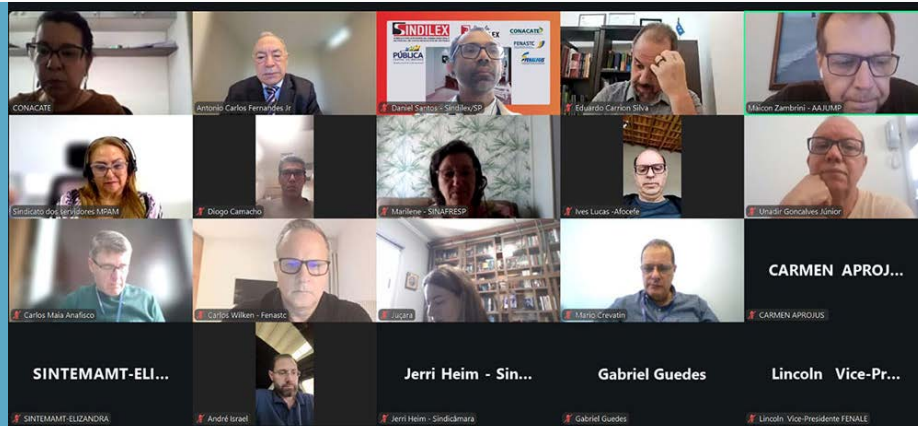
O presidente Miguel Lima e o vice-presidente Daniel Santos participaram da reunião da PÚBLICA, que teve como pauta os seguintes pontos:

1. Votação do PL 1.893/2026 – negociação coletiva no setor público;
2. Votação da PEC 221/2019;
3. Congresso Extraordinário, em 16 de setembro – criação de novos cargos de diretoria;
4. Comemoração dos 11 anos da PÚBLICA e inauguração da nova sede;
5. Eleições da PÚBLICA;
6. Eleições gerais de 2026 e voto consciente.



O vice-presidente Daniel Santos, o diretor de Esportes Eduardo Carrion e o diretor de Relações Intersindicais e presidente da CONACATE, Antônio Carlos Fernandes, participaram da reunião da CONACATE, que teve como pauta os seguintes pontos:

- 1. Deliberação sobre a filiação ao Instituto MOSAP (§ 4º do artigo 1º);**
- 2. Pedido de renúncia de Wladia Rachel Maia da Silva (artigo 25, item LVIII, do Estatuto Social);**
- 3. Eleição para o cargo de diretor Técnico Setorial do SINDSEMP/AM (artigo 5, item LVIII, c/c § 8º, do Estatuto Social).**



10h: Reunião SIPAT com a CIPA da CMSP

O Sindillex participou, em 31 de agosto, da primeira reunião de organização da SIPAT 2026, promovida pela CIPA da Câmara Municipal de São Paulo. A programação deverá abordar saúde e segurança no trabalho, com atenção especial à saúde mental, acessibilidade, inclusão e prevenção ao assédio. A construção é coletiva e sugestões podem ser enviadas à CIPA pelo [e-mail: cipa@saopaulo.sp.leg.br](mailto:cipa@saopaulo.sp.leg.br).



Foto: Fábio Jr/CMSP

QUARTA

9 DE SETEMBRO

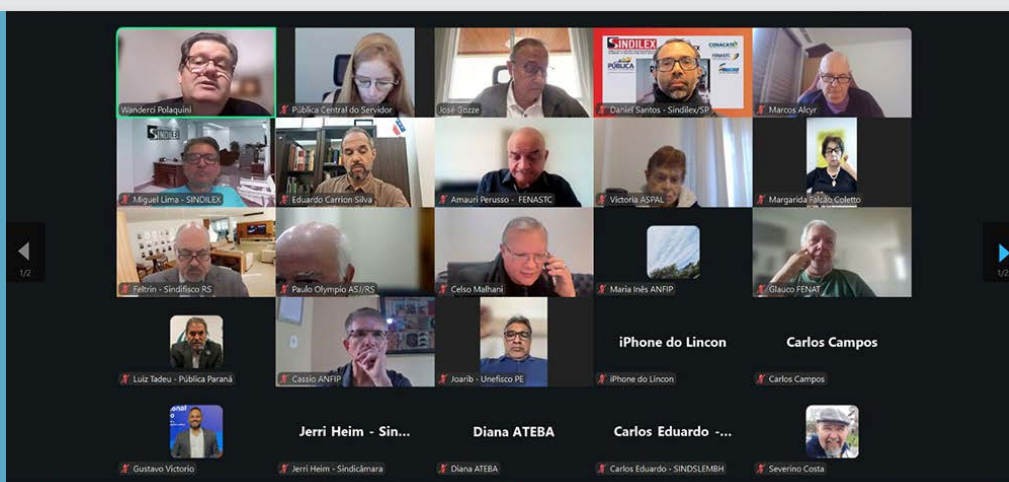
Plantão no TCM

O vice-presidente Daniel Santos esteve no TCM, onde tratou com autoridades e servidores de temas da pauta de reivindicações da Data-Base. Na ocasião, também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

Reunião da Pública

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da PÚBLICA Central do Servidor, sob a coordenação de seu presidente, José Gozze, na qual foi debatida a seguinte pauta resumida:

1. Campanha para as Eleições Gerais;
2. Congresso Extraordinário – 16/09/2026;
3. Eleições da PÚBLICA – 10/12/2026.



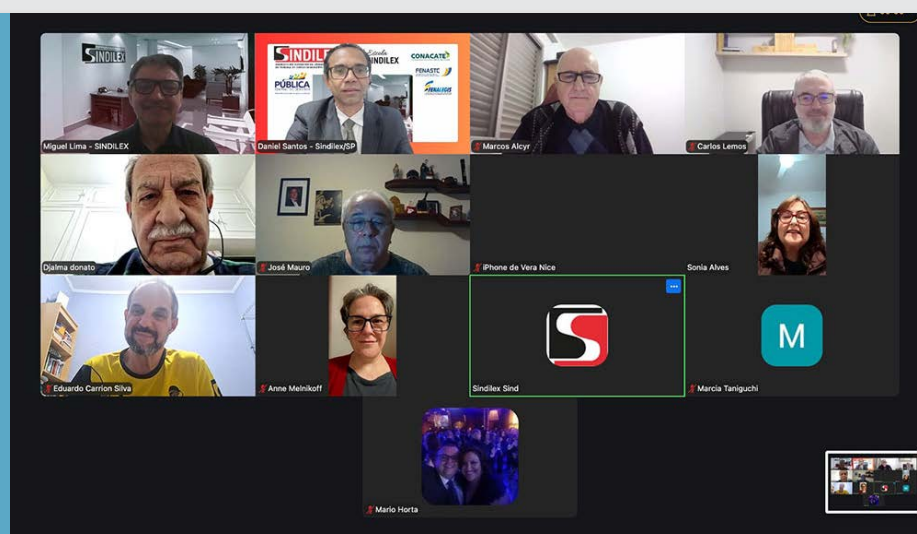
11h: Reunião da Comissão Paritária

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos, o secretário-geral Marcos Alcyr, a diretora de Comunicação Sônia Alves e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP), sob a coordenação de Josivaldo, na qual foram debatidos os pontos restantes e ainda não conquistados da pauta da Data-Base 2026.



19h30: Reunião de Diretoria

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, os diretores do Sindilex debateram os pontos restantes e ainda não conquistados da pauta da Data-Base 2026.



CALENDÁRIO DE EVENTOS

SETEMBRO**27 (Domingo)**

1º Passeio Ciclístico da Primavera

SINDILEX**DOMINGO
27
SETEMBRO****Concentração: 7h30****Saída: 8h****(Portaria A do TCMSP)****12 Km****Circuito TCMSP → Parque do Povo → TCMSP****PARTICIPE, TRAGA SEUS
FAMILIARES E AMIGOS**

- Estacionamento no Pátio do TCMSP
(Próximo à Estação AACD-Servidor do Metrô)

Recomendável trazer: luvas, capacete e água**Haverá cafezinho da manhã****INSCRIÇÕES ANTECIPADAS****20
ANOS****SINDILEX**
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

OUTUBRO

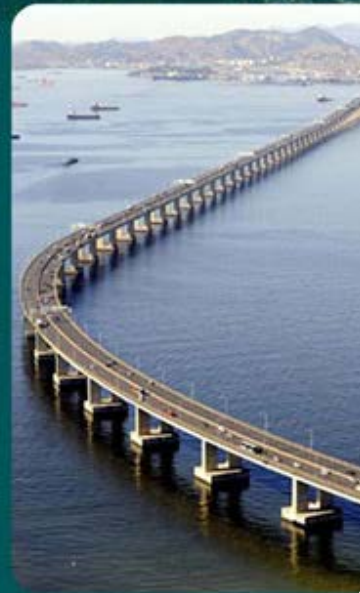
14 a 16

SAVE THE DATE



XI CONGRESSO CONACATE

Niterói (RJ) | 14 a 16 de Outubro de 2026



OUTUBRO

23 (das 20h às 00h)

Celebração do Dia do Servidor Público

Jantar Dançante

Festa do Servidor

Uma noite especial

23 de outubro
de 2026

das 20h às 00h

VALORES

- **Filiado**
R\$160
1 acompanhante
paga o mesmo valor
- **Convidado**
R\$170
individual
- **Criança**
R\$90
6-9 anos
até 5 anos: gratuito

70 anos ASCAM

50 anos ASTCOM

20 anos SINDILEX

Jantar completo

com pratos quentes, grelhados
e sobremesas

Bebidas inclusas

água, sucos, refrigerantes e cerveja

Música ao vivo

Brasilidades com Rogerinho
e Amigos

Professores de dança

conduzindo a pista a noite toda

Sorteio de brindes

**Churrascaria
Bovinu's**

Rua Augusta, 1513

Garanta já o seu ingresso

ORGANIZAÇÃO:



NOVEMBRO

24 a 27

30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA

Economias primárias e Direito na América Latina

📍 ALTER DO CHÃO • PARÁ

📅 24 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026



REALIZAÇÃO

Instituto Brasileiro de
Advocacia Pública

MAIS INFORMAÇÕES

www.advocaciapublica.com

secretaria.ibap@gmail.com

Fone (11) 3104-2819

Participação do palestrante: **Marcos Alcyrr**

Tema: **Neocolonialismo Verde**



SINDICALISMO PELO BRASIL

No Senado, Pública se reúne com relator da PEC do fim da escala 6x1

No dia 1º de setembro, a Pública Central do Servidor e representantes de diversas outras centrais sindicais e de trabalhadores de todo o país estiveram reunidos com o senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da Proposta de Emenda à Constituição PEC221/2019, que extingue a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada máxima semanal para 40 horas, sem redução salarial. O encontro ocorreu na véspera da votação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, marcada para quarta-feira, 2 de setembro.



Foto: Reprodução

O texto, aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de maio, prevê a redução gradual da jornada. Dois meses após a promulgação, a carga máxima passará das atuais 44 para 42 horas semanais. Um ano depois, cai definitivamente para 40 horas, com dois dias de descanso remunerado,

sendo um deles preferencialmente aos domingos. A mudança não se aplica a servidores e empregados públicos da administração direta e indireta, mas possibilita discussões para a redução da carga horária em todo serviço público.

Na última semana, Omar Aziz apresentou parecer favorável à PEC, mantendo integralmente o texto da Câmara e rejeitando as emendas apresentadas pela oposição, estratégia que evita o retorno da matéria para nova análise dos deputados. Segundo o relator, a expectativa é positiva para a aprovação na CCJ, primeiro item da pauta desta quarta-feira, com a intenção de solicitar calendário especial para acelerar a votação em dois turnos no Plenário do Senado.

A votação ocorre na última semana efetiva de trabalho do Senado antes do primeiro turno das eleições, marcado para 4 de outubro, o que aumenta a pressão para que a matéria seja concluída o quanto antes.



LEGISLATIVO PELO BRASIL

Perfil dos candidatos de São Paulo em 2026: maioria é de homens e brancos

Dados divulgados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) traçam o perfil dos mais de 2,5 mil candidatos registrados no Estado de São Paulo para as eleições de 2026. A maioria é formada por homens, que representam quase 70% das candidaturas, e por pessoas que se declaram brancas, com aproximadamente 70%. O levantamento também mostra que mais de 65% dos candidatos possuem ensino superior completo.

Além de gênero, raça e escolaridade, os números revelam informações sobre a idade, a profissão, o estado civil e a distribuição das candidaturas entre os partidos.

Confira os detalhes na reportagem de Murilo Rincon para a Rede Câmara São Paulo:





TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

Tribunal analisa Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027

Acompanhamento do PLDO 2027 identificou falta de clareza sobre dívida pública e margens negativas altas da Regra de Ouro

Por Secom/TCU

14/09/2026

RESUMO

- O TCU elaborou o relatório para acompanhar e avaliar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) da União para 2027, que define as regras e metas para o orçamento do governo no próximo ano.
- Foram constatados, entre outros: falta de clareza sobre a dívida pública, deduções fiscais pouco explicadas, falta de rastreabilidade nos investimentos e margens negativas altas da Regra de Ouro.

CONCLUSÃO

O relatório do TCU mostrou que o PLDO 2027 tem falhas de transparência e explicação. Isso dificulta a análise e o acompanhamento das metas fiscais, da dívida pública e de outros aspectos financeiros.

Em consequência dos trabalhos, o Tribunal comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), para subsidiar a apreciação do PLDO 2027, acerca das constatações na elaboração do trabalho. O TCU também recomendou medidas aos órgãos envolvidos e alertou o Poder Executivo federal quanto à recorrência e ao elevado valor das margens negativas projetadas para a Regra de Ouro.

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem: Reprodução

O golpe por dentro do Supremo

André Mendonça abre o maior golpe desferido no STF às vésperas da eleição e transforma a própria instituição em campo de batalha da guerra híbrida contra o Brasil

Por Luciana Bauer e Reynaldo

Às vésperas da eleição presidencial, André Mendonça transforma elementos de uma investigação ainda sem conclusão judicial em combustível para uma guerra interna no STF, rompendo – de forma brutal e sem arcabouço constitucional que o embase – o equilíbrio institucional da Corte. Uma frente de desestabilização que converge com os interesses da extrema direita brasileira e com a ofensiva dos Estados Unidos contra a soberania política e digital do Brasil.

Quando o Estado é colocado contra o próprio Estado

A pouco mais de um mês da eleição presidencial, o golpe mudou de lugar. Em 8 de janeiro de 2023, foi preciso quebrar vidraças, arrombar portas e invadir o Supremo Tribunal Federal. Agora, a desestabilização avança por dentro da própria institucionalidade. André Mendonça, ministro do STF, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral e um dos magistrados responsáveis pela condução do processo eleitoral, retirou o sigilo de material ainda submetido à apuração, expôs uma investigação que alcança integrantes das mais altas estruturas do Estado e lançou o Supremo numa guerra interna cujas consequências ultrapassam qualquer disputa pessoal com Alexandre de Moraes.

É preciso dizer desde o início o que está e o que não está em discussão. Não existe, até aqui, conclusão judicial que permita condenar Moraes pelas informações que emergiram do caso Banco Master. Se houver crime, que seja investigado, provado e punido. O problema é precisamente outro. Antes que a Justiça produzisse uma verdade processual, a suspeita foi lançada ao espaço público como fato político. Em poucas horas, Moraes, Paulo Gonet, Andrei Rodrigues, servidores do Banco Central e Gabriel Galípolo passaram a habitar a mesma atmosfera de suspeição de forma centripetra e possivelmente coordenada com a imprensa e vazadores que desde a Lava Jato operam impunes. A extrema direita imediatamente transformou essa matéria bruta em arma eleitoral. O STF deixou de aparecer como instituição capaz de processar uma crise e passou a aparecer como parte da própria crise.

É aqui que o acontecimento revela sua verdadeira dimensão. Um golpe no século XXI não precisa começar com tanques diante do Congresso. Pode começar quando os mecanismos do Estado são utilizados de maneira a destruir a confiança no próprio Estado, quando o procedimento antecede a prova, quando o vazamento produz sentença social antes do contraditório e quando uma instituição é empurrada para a guerra contra si mesma. O que André Mendonça abriu não é apenas uma crise no Supremo. É uma fissura no centro do sistema de contenção democrática brasileiro no momento exato em que esse sistema será colocado à prova pelas eleições de 2026.

Mendonça hoje foi mais eficaz que as turbas ensandecidas a depredar o Supremo no dia do Golpe.

Se Cunha iniciou o golpe de 2016. Mendonça pode ter iniciado o próximo golpe de 2027 dando tons de messianismo constitucional ao que podemos taxar de conduta totalmente inconstitucional para com seus pares.

O Supremo é julgado por um plenário e não pela imprensa. Mendonça não opera mais dentro das quatro linhas do estado de direito.

O ministro terrivelmente lavajatista Mendonça não apenas recebeu informações produzidas pela Polícia Federal. Ele movimentou a máquina.

Determinou que a PF elaborasse, em 72 horas, um relatório específico sobre referências a Alexandre de Moraes, Paulo Gonet e Andrei Rodrigues, separou esse material em uma nova frente processual, abriu vista à Procuradoria-Geral da República e, antes mesmo de uma manifestação conclusiva do Ministério Público, retirou o sigilo e empurrou o caso para o centro da arena pública. Depois, pediu que o assunto fosse levado a uma sessão presencial do Plenário. A sucessão dos atos importa porque revela algo maior do que uma divergência jurídica: uma investigação ainda em formação foi convertida, por decisão institucional, em acontecimento político nacional.

É nesse ponto que o método se torna tão grave quanto o conteúdo. A direção da Polícia Federal reagiu duramente e passou a questionar se o relator havia ultrapassado a função de supervisionar a investigação para assumir um papel ativo na produção de uma linha investigativa própria. Ministros do Supremo falaram em ruptura das regras internas e em um ambiente de vale-tudo. A PGR foi colocada numa posição ainda mais delicada, porque aparece ao mesmo tempo como instituição responsável por controlar juridicamente a investigação e como uma das estruturas atingidas pelas referências reveladas. O resultado é um curto-circuito institucional: quem investiga passa a ser questionado, quem fiscaliza passa a integrar a crise e quem deveria arbitrar o conflito passa a lutar pela própria legitimidade.

A guerra híbrida opera exatamente nessa zona cinzenta. Ela não precisa fabricar documentos falsos quando pode explorar documentos verdadeiros fora de seu tempo processual. Fora da lógica constitucional e dos direitos e garantias fundamentais. Não precisa inventar uma acusação quando pode retirar um fragmento de contexto, lançá-lo na circulação pública e deixar que o ecossistema político produza a condenação. O tempo jurídico exige prova. O tempo informacional exige impacto. Quando esses dois tempos entram em choque, vence primeiro quem controla a percepção.

Por isso, o ato mais poderoso não foi a descoberta de uma mensagem, mas a transformação da investigação em espetáculo antes que a própria investigação pudesse dizer o que aquelas mensagens significavam. A partir desse instante, a Justiça deixou de conduzir sozinha o processo. A opinião pública, as redes, as campanhas eleitorais e os interesses políticos passaram a disputar o sentido do material em tempo real. E quando o sentido é capturado antes da prova, o processo continua aberto nos autos, mas a sentença política já começou a ser executada nas ruas.

As portas de um novo golpe com STF com tudo estão abertas: um novo golpe com o supremo fragilizado e vilipendiado como estamos vendo por um dos seus próprios ministros será matéria fácil para ser tragado pelo próximo golpista de plantão em eleições.

É aqui que a crise deixa de ser apenas jurídica e revela sua natureza histórica. A guerra híbrida não precisa destruir o Estado de uma vez. Sua forma mais eficiente é fazê-lo perder progressivamente a capacidade de reconhecer quem o ataca, enquanto suas próprias instituições são empurradas umas contra as outras. O conflito passa a utilizar a legalidade, a informação, a economia, a tecnologia e a disputa eleitoral como partes de uma mesma correlação de forças. Tudo continua aparentemente funcionando. Os tribunais julgam, a polícia investiga, a imprensa publica, as plataformas distribuem, os candidatos discursam. Mas, por baixo dessa normalidade, a autoridade que sustenta o conjunto começa a ser corroída.

A contradição é brutal. O STF, que depois de 8 de janeiro se tornou uma das principais barreiras institucionais contra a extrema direita golpista, passa agora a produzir diante do país a imagem de uma Corte dividida, desconfiada de si mesma e incapaz de estabelecer sequer um terreno comum para processar a própria crise. A Polícia Federal contesta o procedimento de um ministro do Supremo. A Procuradoria-Geral da República é chamada a fiscalizar uma investigação na qual seu próprio chefe aparece mencionado. O Banco Central entra no circuito da suspeição. Em vez de uma instituição proteger a estabilidade da outra, forma-se uma cadeia de atritos capaz de consumir a legitimidade de todas.

Essa é uma das formas mais perigosas da guerra política contemporânea porque transforma a força do Estado em matéria-prima de sua própria vulnerabilidade. Não é preciso fechar o Supremo se for possível esvaziar sua autoridade. Não é preciso dissolver a Justiça Eleitoral se for possível fazer milhões de pessoas duvidarem de sua neutralidade antes da votação. Não é necessário impedir formalmente o funcionamento da democracia quando se consegue destruir a confiança coletiva sem a qual suas instituições se tornam apenas edifícios, cargos e ritos.

Para um país do Sul Global, essa dinâmica tem um peso ainda maior. Estados submetidos historicamente à dependência econômica, tecnológica e informacional não enfrentam apenas disputas domésticas. Suas crises internas são atravessadas por interesses externos capazes de explorar cada fissura. É nesse ponto que o conflito brasileiro deixa de ser apenas uma guerra entre ministros e passa a revelar uma disputa pela capacidade do próprio Brasil de decidir seu destino. O golpe híbrido começa exatamente assim: não quando a Constituição desaparece, mas quando as forças que deveriam sustentá-la passam a corroer umas às outras.

A essa altura, a crise já não pertence apenas ao Supremo. Ela entra diretamente na disputa eleitoral e encontra uma estrutura de interesses muito maior do que a briga entre ministros. Mendonça é vice-presidente do TSE e atua na

propaganda das eleições de 2026. O primeiro turno está a pouco mais de um mês. No mesmo momento em que o STF se fragmenta, a extrema direita transforma o material do caso Master em arma de campanha, desloca o centro do debate e converte suspeitas ainda não julgadas em certezas políticas prontas para circular nas redes. O que a Justiça ainda precisa investigar, a máquina eleitoral já aprendeu a explorar.

É também nesse ponto que a crise brasileira encontra Washington. O governo dos Estados Unidos já transformou decisões do STF sobre plataformas digitais em questão estratégica, aplicou sanções contra Alexandre de Moraes, utilizou tarifas e instrumentos comerciais como pressão sobre o Brasil e tratou a regulação das Big Techs como conflito de interesse nacional norte-americano. Moraes tornou-se alvo não apenas da extrema direita brasileira, mas de uma estrutura de coerção externa que enxerga nas decisões brasileiras sobre plataformas, dados e soberania digital um obstáculo aos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos.

Não há prova de que André Mendonça receba ordens de Washington. E afirmar isso sem evidência destruiria a força do argumento. O que existe é algo mais concreto e, do ponto de vista do realismo político, suficiente para exigir atenção: uma convergência objetiva de interesses. A extrema direita precisa enfraquecer o STF para reconstruir sua capacidade de ação. As Big Techs precisam reduzir a capacidade regulatória do Estado brasileiro. Washington pressiona as instituições que impõem limites às empresas norte-americanas e à sua projeção política. E, no centro dessa correlação de forças, uma crise interna aberta pelo próprio Supremo atinge exatamente a instituição que vinha funcionando como uma das últimas barreiras contra esses interesses.

É assim que a guerra híbrida amadurece. Ela não exige que todos os atores estejam reunidos na mesma sala. Basta que forças distintas descubram que podem avançar na mesma direção. O capital transnacional quer liberdade para operar. A extrema direita quer recuperar poder. Washington quer disciplinar um Brasil que regula plataformas, fortalece o BRICS e reivindica autonomia

estratégica. As redes digitais precisam apenas converter cada fissura em espetáculo, cada dúvida em indignação e cada indignação em comportamento político. O tabuleiro se move sem que seja necessário um comando único.

Para um país periférico, esse é o ponto em que a disputa interna deixa de ser doméstica. O Brasil não enfrenta somente uma eleição. Enfrenta a tentativa permanente de decidir se continuará sendo um Estado capaz de impor regras ao capital, às plataformas e às potências estrangeiras ou se voltará à condição histórica que o sistema internacional reservou ao Sul Global: mercado, território, fonte de dados e espaço político administrado de fora para dentro. Quando a instituição que deveria conter essa pressão começa a se romper internamente, o problema deixa de ser apenas jurídico. Torna-se uma questão de soberania.

É preciso chegar ao fim sem cair na armadilha mais fácil: transformar Alexandre de Moraes em símbolo intocável. Não é disso que se trata. Se houver crime, que se investigue. Se houver prova, que se puna. A defesa da democracia não pode depender da blindagem de pessoas. Ela depende da preservação de regras, procedimentos, instituições e da capacidade coletiva de distinguir investigação de condenação, indício de prova, informação de sentença.

É exatamente essa fronteira que está sendo destruída. A suspeita começou em Moraes, alcançou Gonet, Andrei Rodrigues, servidores do Banco Central e Galípolo, e já produz o ambiente necessário para atingir o próprio governo. Esse é o mecanismo. Não é necessário provar que todo o Estado está corrompido. Basta produzir a percepção de que nenhuma instituição merece confiança. Quando tudo parece contaminado, qualquer ruptura pode ser apresentada como limpeza.

O Brasil conhece esse caminho. Em 2016, a ruptura foi construída por dentro das instituições, legitimada por procedimentos formalmente existentes e alimentada por uma máquina política e midiática que transformou exceção em normalidade. Em 8 de janeiro de 2023, a extrema direita tentou converter

a deslegitimação acumulada em força física. Em 2026, o método pode estar atingindo um estágio mais sofisticado: utilizar as próprias contradições do Estado para enfraquecer sua capacidade de resistir.

É isso que precisa ser denunciado agora, antes que a fumaça esconda o incêndio. Golpes não começam no momento em que a Constituição é rasgada. Começam quando a sociedade é preparada para acreditar que ela já não serve, que seus tribunais não merecem confiança, que suas instituições são inimigas e que somente uma força externa ao pacto democrático pode restaurar a ordem.

Desta vez, talvez não precisem invadir o Supremo.

Basta fazê-lo desabar por dentro.

A lava jato mais uma vez, ao nunca ser corretamente enfrentada pelos três poderes, ganhou.

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Sistema da Dívida e emendas parlamentares: um raio-X do Orçamento Federal de 2025

Sem justificativa que se sustente sob qualquer aspecto, econômico, científico ou técnico, desde junho de 2025, o Banco Central tem mantido essa taxa em abusivos 15% ao ano

Por Maria Lúcia Fattorelli

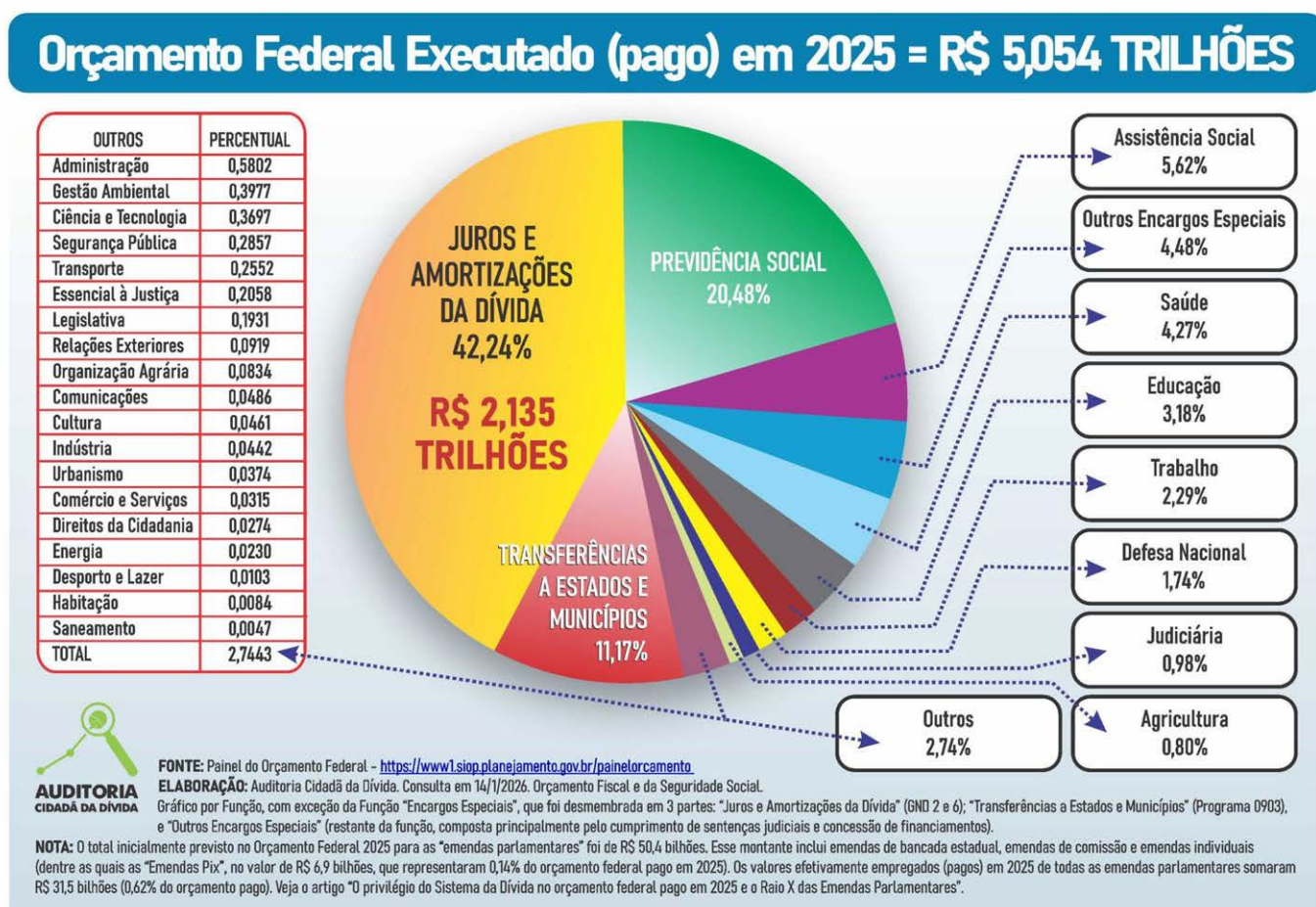
O ano de 2025 foi um ano marcado pela explosão dos juros no Brasil: iniciamos o ano com a taxa básica de juros Selic no elevadíssimo patamar de 12,25% ao ano, e, sem justificativa que se sustente sob qualquer aspecto econômico, científico ou técnico, desde junho de 2025, o [Banco Central](#) tem mantido essa taxa em abusivos 15% ao ano.

Os juros altos afetam negativamente todo o funcionamento da economia brasileira, prejudicando tanto as famílias e empresas, como as contas públicas, tornando o Brasil o maior pagador de juros do mundo, enquanto faltam recursos para áreas sociais estratégicas. Segundo o último dado divulgado pelo Banco Central, a cada 1% de elevação da Selic, o impacto nos juros da dívida é de R\$ 61,7 bilhões a mais por ano! Aí é que está o rombo das contas públicas!

Batemos outro recorde histórico de arrecadação tributária em 2025, no entanto, diante do teto imposto pelo arcabouço fiscal para os investimentos sociais e estrutura de Estado, todo esse esforço arrecadatório acabou sendo destinado aos elevados gastos financeiros com o [Sistema da Dívida](#), uma dívida pública que não possui nenhuma contrapartida em investimentos no Brasil, como já declarou o [Tribunal de Contas da União](#).

Apesar da evidência de que o desequilíbrio das contas públicas brasileiras está no que denominamos Sistema da Dívida, os mesmos analistas de mercado sempre ouvidos pela grande mídia nunca enfrentam esse verdadeiro problema, e expressam recomendação unânime no sentido de que seria necessário cortar ainda mais os investimentos sociais, cortar na estrutura do Estado mediante uma chamada Reforma Administrativa (PEC 38), privatizar mais ainda; tudo para que sobre ainda mais dinheiro para o Sistema da Dívida.

O gráfico do Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 escancara o peso dos gastos com os juros e amortizações do Sistema da Dívida:



O gasto com essa chamada dívida sem contrapartida consumiu mais de R\$ 2 trilhões em 2025, ou 42,24% dos recursos do orçamento federal, sendo que a maior parte desse gasto corresponde aos juros nominais.

Enquanto isso, a área vital da Saúde ficou com cerca de um décimo (1/10) do que o Sistema da Dívida consumiu; a Educação ficou com menos ainda, apenas 3,18%, e a Gestão Ambiental, em ano de COP 30, míseros 0,39%, menos de um centésimo do que o gasto estéril com a dívida levou.

É incontestável a centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que atua no Brasil, pois esse sistema tem sido a justificativa para todas as privatizações de patrimônio estratégico e lucrativo; todas as contrarreformas (como as da Previdência e a Administrativa), e está por trás do arcabouço fiscal (que existe para limitar a destinação de recursos para todas as demais pastas orçamentárias, apesar do significativo recorde de arrecadação tributária, para que sobre mais dinheiro para os juros da dívida).

Muito se comenta atualmente sobre o imenso volume de recursos que tem sido consumido por emendas parlamentares. De fato, esse volume tem crescido de forma exponencial nos últimos anos.

Para o ano de 2025, chegou a ser autorizado o montante de R\$ 50,4 bilhões para as emendas parlamentares no Orçamento Federal 2025. Esse montante inclui os vários tipos de emendas parlamentares: emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais.

Parte das emendas individuais compreendem aquelas emendas que passaram a ser chamadas de “Emendas Pix”, de baixíssima transparência, embora tenham atingido o valor de R\$ 6,9 bilhões, o que representa 0,14% do orçamento federal pago em 2025. Esse percentual é superior ao valor anual gasto em cada uma das seguintes áreas relevantes, que receberam percentual bem inferior ao destinado às emendas parlamentares, conforme pode ser visualizado no gráfico acima: Relações Exteriores, Organização Agrária, Comunicações, Cultura, Indústria, Urbanismo, Comércio e Serviços, Direitos de Cidadania, Energia, Desporto e Lazer, Habitação e Saneamento.



ENTREVISTA

Sindilex forma a primeira turma de cuidadores e estuda ampliar apoio aos formandos



Imagem: Reprodução

São Paulo já tem mais de 2 milhões de moradores com 60 anos ou mais — número que cresceu mais de 50% entre 2010 e 2022 e hoje supera a população de crianças e adolescentes na cidade. Foi de olho nesse cenário que o Sindilex, em parceria com a ONG CAMP Oeste e a Fundação Beneficente Elijas Gliksmanis, lançou o Curso de Cuidador, com aulas de 24 de agosto a 29 de setembro. A **diretora de Celetistas do sindicato, Vera Nice Rodrigues**, idealizadora e articuladora do projeto, conversou com o boletim **Fique por Dentro** sobre os bastidores da iniciativa, os direitos trabalhistas de quem atua na função e os planos do **Sindilex para os próximos passos**.



Diretora de Celetistas do sindicato, Vera Nice Rodrigues

“ **Mais do que oferecer um curso, estamos ajudando a preparar pessoas para cuidar.**

Fique por Dentro: O que te levou a idealizar esse curso de cuidador? Havia uma demanda que você via chegando no dia a dia do Sindilex?

Vera Nice Rodrigues: Quando observamos os indicadores do envelhecimento na cidade de São Paulo, percebemos que estávamos diante de uma necessidade cada vez mais urgente. A capital já possui mais de 2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, e a população idosa cresceu mais de 50% entre 2010 e 2022. Além disso, os idosos já representam uma parcela da população maior do que a de crianças e adolescentes. Isso nos mostra que a demanda por cuidados, apoio às famílias e profissionais qualificados tende a crescer de forma significativa nos próximos anos.

Diante dessa realidade, o Sindilex entendeu que poderia contribuir apoiando iniciativas voltadas à qualificação de pessoas para atuar no cuidado à pessoa idosa. No nosso dia a dia, percebíamos tanto a necessidade de formação de cuidadores quanto o interesse de pessoas em buscar uma nova oportunidade de trabalho e geração de renda.

Por esse motivo, buscamos a parceria com a ONG CAMP Oeste, instituição reconhecida por sua experiência na formação e capacitação profissional. O Sindilex atua como apoiador da iniciativa, enquanto o CAMP Oeste é responsável pela execução do curso, oferecendo toda a estrutura pedagógica, os conteúdos técnicos e o acompanhamento dos participantes.

Essa parceria une propósito social e qualificação profissional. Nosso objetivo é contribuir para a formação de cuidadores preparados para atuar de forma ética, humanizada e qualificada, atendendo a uma necessidade real da sociedade. Mais do que oferecer um curso, estamos ajudando a preparar pessoas para cuidar de uma população que cresce a cada ano e que merece envelhecer com dignidade, respeito e qualidade de vida.

Fique por Dentro: Como funciona a formação? Carga horária, temas centrais, quem são os parceiros e por que essa parceria fez sentido?

Vera Nice Rodrigues: A formação foi estruturada para oferecer conhecimentos teóricos e práticos essenciais ao exercício da função de cuidador, com carga horária de 103 horas mais 12 horas de estágio em instituições parceiras para a prática. Os alunos estudam temas como processo de envelhecimento, direitos da pessoa idosa, cuidados básicos de saúde, higiene, alimentação, prevenção de quedas, primeiros socorros, comunicação, ética, relações familiares e papel do cuidador.

A parceria com o CAMP Oeste fez todo sentido porque é uma instituição que compartilha valores ligados à educação, à inclusão social e ao fortalecimento da comunidade. Juntos, conseguimos ampliar o alcance do projeto e oferecer uma formação de qualidade, com responsabilidade social e compromisso com a população idosa.

Fique por Dentro: Quem pode se inscrever e o que muda na vida de quem conclui? Tem inserção no mercado, encaminhamento ou continuidade após o certificado?

Vera Nice Rodrigues: O curso é destinado a pessoas interessadas em atuar como cuidadoras ou que já realizam esse trabalho, seja de forma profissional ou familiar. Também é uma oportunidade para quem busca uma nova profissão ou uma fonte de renda.

Ao concluir a formação, o participante adquire conhecimentos fundamentais para prestar um cuidado mais seguro, humanizado e qualificado. Além da certificação, ele passa a ter melhores condições de ingressar no mercado de trabalho, que apresenta demanda crescente. Mais do que um certificado, o curso oferece capacitação, desenvolvimento pessoal e valorização profissional.

Fique por Dentro: O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003, atualizada pela Lei 14.423/2022) prevê a capacitação de profissionais e a orientação de cuidadores. Na sua visão, o Sindilex está ocupando um espaço que deveria ser do Estado?

Vera Nice Rodrigues: A capacitação de cuidadores é, sem dúvida, uma responsabilidade que deve contar com políticas públicas efetivas. No entanto, entendemos que o cuidado com a pessoa idosa é um compromisso de toda a sociedade. O Sindilex não substitui o papel do Estado, mas contribui para ampliar oportunidades de formação e qualificação. Quando sociedade civil, instituições e poder público atuam juntos, os resultados são mais positivos para todos.

Fique por Dentro: Do ponto de vista trabalhista, o que um trabalhador celetista precisa saber ao assumir a função de cuidador?

Vera Nice Rodrigues: É fundamental que o cuidador busque atuar de forma regularizada, com contrato de trabalho formal quando houver vínculo empregatício. Isso garante direitos como férias, 13º salário, recolhimento previdenciário e proteção jurídica tanto para o trabalhador quanto para a família contratante.

Também é importante compreender os limites de sua atuação. O cuidador não substitui profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros ou fisioterapeutas. Sua função é auxiliar nas atividades da vida diária, promover o bem-estar e contribuir para a manutenção da autonomia da pessoa idosa.

Fique por Dentro: Para quem já é cuidador informal há anos, esse curso muda sua posição em uma eventual disputa trabalhista ou reconhecimento de vínculo?

Vera Nice Rodrigues: O certificado não define, por si só, a existência ou não de vínculo empregatício. Questões trabalhistas dependem da forma como a atividade é exercida e da relação estabelecida entre as partes. Entretanto, o curso fortalece a qualificação profissional, amplia conhecimentos técnicos e pode contribuir para uma atuação mais segura e valorizada profissionalmente.

Fique por Dentro: Tem alguma história de um participante que te marcou nesse processo?

Vera Nice Rodrigues: Existem muitas histórias inspiradoras. Uma delas é a de participantes que chegaram ao curso buscando uma oportunidade de trabalho, mas descobriram também uma missão de vida. Alguns cuidavam de familiares sem qualquer orientação técnica e relataram que a formação está transformando completamente sua maneira de entender o envelhecimento, tornando o cuidado mais respeitoso, seguro e humanizado. Ver essa transformação pessoal e profissional é extremamente gratificante.

Fique por Dentro: Existe a ideia de criar um banco de cuidadores formados pelo Sindilex ou dar continuidade ao projeto?

Vera Nice Rodrigues: Sim. Nosso objetivo é fortalecer cada vez mais essa iniciativa. Estamos estudando formas de ampliar a rede de apoio aos alunos formados, facilitar conexões com oportunidades de trabalho e consolidar novas parcerias. Também pretendemos realizar novas turmas e aprimorar continuamente o conteúdo oferecido, acompanhando as necessidades da população idosa e as demandas do mercado.

Serviço: as inscrições e mais informações sobre novas turmas podem ser acompanhadas pelos canais oficiais do Sindilex.



Parabéns, atletas!

Com energia e espírito de superação, os atletas da **Equipe de Corrida Sindilex** brilharam nas corridas de **setembro**. A cada prova, fortalecem não apenas o desempenho individual, mas também a integração e o orgulho de fazer parte da nossa equipe.

Circuito das Estações

13 de setembro



Atleta do TCMSP
Anselmo Fernandes

Live Experience

13 de setembro



Atleta da CMSP
Fabiana Bataglia

ATENDIMENTO JURÍDICO



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação



Administrativo
e Licitações



Contratos



Imobiliário



Trabalho



Obrigações



Família
e Sucessões



Consumidor
e Bancário



Tributário



Condomínios



Responsabilidade
Civil



Corpo Jurídico



Marcos

Antônio Batista Limeira

Graduado em Direito
pela Faculdade de
Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências
Contábeis pela
Universidade Estadual do
Ceará - UECE

Especialista em Direito
Tributário



Bárbara

Lemos Pereira Leite

Graduada em Direito
pela Universidade de
Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito
Processual Civil e
Direito e Processo do
Trabalho

Especialista em Direito
Bancário



Ana Lídia

Nogueira da Silva

Graduada em Direito
pelo Centro
Universitário ICESP -
UNICESP

Especialista em Direito
Imobiliário e Família e
Sucessões

Atendimento: juridico@sindilex.org.br

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

Espaço 
SAÚDE

— BEAUTY WEEK —

OFERTA ESPECIAL

Seu procedimento favorito *em dobro!*

A Semana do Cliente chegou com oportunidades especiais para você colocar seus cuidados em dia.

NA COMPRA DE UM
PROCEDIMENTO,
ganhe outro igual!



*compre em setembro e
desfrute até outubro



Lilian Santos

ESTÉTICA PERSONALIZADA



Limpeza
de pele



Peeling



Microagulhamento



Hydragloss
lips



Drenagem
linfática



Relaxante
facial

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

Espaço
SAÚDE

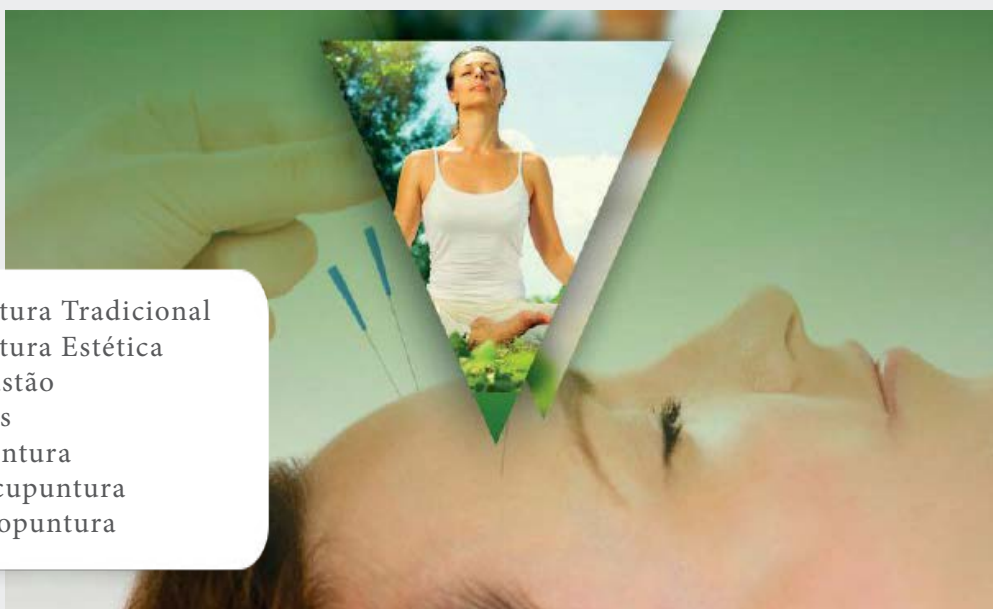
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



ESTÉTICA AVANÇADA **MEDICINA TRADICIONAL CHINESA**

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA:  (11) 96607.9578

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

TOTALPASS



smart fit

NOVIDADE

O SEU
TREINO
AGORA É
INTERNACIONAL!

A rede Smart Fit na América Latina chegou
na TotalPass **a partir do plano TP2***

Acesso a mais de 20.000 academias
parceiras em todo o Brasil

Todas as unidades Smart Fit disponíveis
no Brasil e **acesso à rede internacional
da América Latina** (em expansão)

Terapia e acompanhamento
com personal on-line

Plano alimentar personalizado

**SEM TAXAS EXTRAS**

E com check-in diretamente
na catraca, via biometria!



**ESCANEIE
O QR CODE
E CONHEÇA
A NOVIDADE**

*A liberação das unidades internacionais é gradual. Sempre confira as unidades ativas no destino antes da sua viagem!

Aproveite esse benefício exclusivo para

FILIADOS

SINDILEX

[Saiba mais sobre a Total Pass clicando aqui](#)

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

FACULDADE
Unyleya

Há **20** anos
evoluindo
para transformar
o seu futuro.

 + 550mil alunos
matriculados Cursos **reconhecidos**
pelo MEC**GRADUAÇÃO EAD**

1ª mensalidade por

R\$59,90*+ bolsas de até **60%*** de desconto
nas demais mensalidades**PÓS-GRADUAÇÃO EAD**Bolsas
de até **80%***

INSIRA O CÓDIGO PROMOCIONAL

ANIVERSARIO-UNYLEYA

FILIADOS

SINDILEX

GARANTA SEU DESCONTO, ACESSE A PROMOÇÃO:

unyleya.link/aniversario**0800 602 6770** Graduação**0800 604 2210** Pós-Graduação

@faculdadeunyleya



@unyleya

Unyleya
FACULDADE

*Desconto não cumulativo, consulte condições. O desconto é no valor integral, não se aplica aos cursos especiais e com práticas. Válido para novas matrículas até dia 30/09/26.

unyleya.link/anivesario

PAINEL DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO



O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim **Sindilex Fique por Dentro**, com as principais atualizações e informações da categoria. Continue acompanhando nossos canais e participe ativamente da vida sindical. Envie suas perguntas, sugestões e contribuições e ajude a fortalecer um Sindilex cada vez mais representativo. Sua participação faz a diferença. **Aguardamos o seu contato!**

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais

20
ANOS

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO